



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

### **LEI Nº 545/2013**

**Concede benefícios para pagamento de débitos fiscais em atraso, estabelecendo normas para sua cobrança extrajudicial e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Campos Altos aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os créditos de natureza tributária inscritos em dívida ativa, constituídos até 31 de dezembro de 2012 e que se encontram em fase de cobrança administrativa, poderão ser pagos com redução de 100% (cem por cento) da multa e juros, se pagos à vista, até o dia 30 de dezembro de 2013.

**§ 1º.** Se o contribuinte optar pelo pagamento parcelado, desde que todas as parcelas tenham vencimento dentro do presente exercício financeiro, haverá igualmente redução de 100% (cem por cento) da multa e juros.

**§ 2º.** Caso o contribuinte solicitar o parcelamento do débito em parcelas cujos vencimentos extrapolem o presente exercício financeiro, poderá obter desconto de acordo com os seguintes critérios:

I – Redução de 80% (oitenta por cento) da multa e juros, se pagos em até 04 (quatro) prestações mensais e sucessivas;

II – Redução de 60% (sessenta por cento) da multa e juros, se pagos em até 06 (seis) prestações mensais e sucessivas;

III – Redução de 40% (quarenta por cento) da multa e juros, se pagos em até 08 (oito) prestações mensais e sucessivas;

IV – Redução de 20% (vinte por cento) da multa e juros, se pagos em até 10 (dez) prestações mensais e sucessivas.

**§ 3º.** Para efeito do parcelamento previsto neste artigo, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 30,00 (trinta reais).

**Art. 2º.** O contribuinte deverá requer o parcelamento previsto artigo anterior desta Lei até o dia 30 de dezembro de 2013.

**§ 1º.** Os requerimentos de parcelamento administrativo dos débitos fiscais, abrangendo aqueles reclamados em qualquer fase de tramitação administrativa ou judicial, deverão ser protocolados junto à Secretaria da Fazenda, no prazo referido no caput deste artigo.

**§ 2º.** A apresentação do requerimento de parcelamento importa na confissão da dívida.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

**Art. 3º.** Os débitos fiscais parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, além de multa de 2% (dois por cento).

**Art. 4º.** O atraso superior a noventa dias no pagamento de qualquer boleto de cobrança bancária seja ele à vista ou parcelado, acarretará automaticamente a perda do benefício concedido por esta Lei, hipótese em que se exigirá o recolhimento imediato do saldo remanescente, acrescido dos valores que haviam sido dispensados, devidamente atualizados e com a aplicação dos acréscimos moratórios previstos na legislação, autorizando a cobrança judicial.

**Art. 5º.** O disposto nesta Lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenção, imunidade concedidas ou reconhecidas em processos eivados de vícios, bem como aos de falta de recolhimento de tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

**Art. 6º.** A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito a restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

**Art. 7º.** O Poder Executivo poderá baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG, 19 de março de 2013.

**CLÁUDIO DONIZETE FREIRE**  
Prefeito Municipal



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

### **JUSTIFICATIVA**

Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores (a),

Com intuito de dar mais oportunidade aos contribuintes municipais, para regularizarem suas situações fiscais inscritas em dívida ativa perante a Fazenda Municipal, é que ora apresentamos o presente Projeto de Lei alterando os critérios e benefícios para a imprescindível análise e aprovação dos Srs. Vereadores Municipais.

Cláudio Donizete Freire  
Prefeito Municipal